



CAPÍTULO 1

INCURSÃO SOCIAL E NARRATIVA EM “NA PROFUNDEZA DO LAGO”, DE ITAMAR VIEIRA JÚNIOR

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.673112610021>

Angélica Cristina da Silva (UFMS/PPGCult)

<http://lattes.cnpq.br/7941060899572085>

Marcos Rogério Heck Dorneles

UFMS/PPGCult

<http://lattes.cnpq.br/4685357188353033>

RESUMO: Este artigo procura estabelecer interfaces entre as mudanças narrativas ocorridas do conto “Na profundez do lago”, de Itamar Vieira Júnior (2021) e eixos temáticos advindos dos estudos culturais, como saberes tradicionais, violência institucionalizada e movimento ambientalista. O conto traz em seu desenrolar uma imersão junto às descobertas da protagonista (“mulher”, não nomeada), pelas quais podem ser dimensionados os conflitos internos de uma professora em férias na fazenda de seu marido. Este trabalho busca efetuar interlocuções com os horizontes teóricos de Vítor Manuel Aguiar e Silva (2007), Carlos Reis e Ana Cristina Lopes (2000), Guacira Lopes Louro (2013), Achille Mbembe (2018), Vandana Shiva (2024) e Maria Lugones (2020); e examinar passagens do conto que evidenciam tensões entre classe, raça, gênero e indicam deslocamentos, conflitos e movimentos de antecipação. Resultam da pesquisa a extensão de temas pertinentes a virtualidades críticas de inter-relação social; a valorização de vivências articuladas a realidade contextual brasileira e a importância da tomada de consciência dos protagonistas na libertação e emancipação de suas vidas.

PALAVRAS-CHAVE: conto; emancipação; insurgências do sul; literatura brasileira contemporânea; narrador.

INTRODUÇÃO

Diariamente, vemos e ouvimos nos noticiários más notícias a respeito de violências, destruição da natureza e a má utilização dos recursos naturais (cada dia mais escassos). E por isso, este trabalho vem ao encontro com esse que já não é um problema apenas do sul global ou dos países em desenvolvimento. Parcela dos Estudos Culturais buscam desmistificar em particular os estereótipos em relação aos saberes dos povos do sul, e criticar certos padrões impostos pela vigência de um patriarcado, a qual menospreza o subalterno e hostiliza a condição da mulher na sociedade. As insurgências do sul questionam determinadas formas de fazer baseadas apenas na imposição hegemônica do conhecimento ocidental, que submete os então marginais, subalternos e segregados a uma condição desfavorável, impedidos de manifestar seus saberes (que foram substituídos pelos conhecimentos ocidentais, os quais predominantemente objetivam patrimônio e que negligenciam a vida).

A partir de uma abordagem ampla, busca-se compreender alguns dos fenômenos que colaboram para os estudos das insurgências do sul, considerando as interconexões existentes entre os gêneros, classes e fatores econômicos (que acentuam as desigualdades sociais e provocam segregações entre cidadãos). Para tal, mostra-se oportuna a leitura do conto “Na profundidade do lago”, de Itamar de Vieira Júnior (2021), arte literária que ilustra alguns embates sociais, políticos e culturais. E, para apoiar esse diálogo, utilizaremos das teorias apreciadas pelos estudos literários e pelos estudos culturais, sob um viés interdisciplinar, colaborando para a descrição dos fenômenos que confrontam as estruturas de poder e as desigualdades históricas entre o Norte e o Sul. As insurgências do sul permitem uma análise mais profunda e complexa dos fenômenos sociais, que, presentes principalmente em países em desenvolvimento, têm o objetivo de questionar e transformar as relações de poder existentes, buscando maior justiça social, autonomia e igualdade.

INCURSÃO SOCIAL E NARRATIVA

As insurgências do sul são um fenômeno de múltiplas faces, do qual serão abordadas sob algumas perspectivas, como as desigualdades e as relações de poder, visando compreender as causas e os contextos dos embates. Para tanto, o conto “Na profundidade do lago”, de Vieira Júnior, apresenta argumentos pertinentes ao momento sócio-histórico do país, retratando determinadas implicações nas interações humanas. A narrativa aborda relações e questões históricas, que envolvem o poder nas esferas pessoal e profissional, as quais colaboram para persuadir e condicionar o comportamento individual, levando-o a um modo de ser, sentir e viver sem questionar a construção social expressa por raça, gênero e classe econômica. A composição de Vieira Junior manifesta a vulnerabilidade de uma mulher que, mesmo em relações

pessoais e privadas, está sob domínio do patriarcado. No conto “Na profundidade do lago” estão presentes as seguintes personagens: ele (comerciante, proprietário da fazenda e marido da professora); a mulher (professora e esposa do comerciante); o caseiro; a mulher do caseiro; alguns homens (nativos da localidade); uma mulher e duas crianças (nativas da localidade); a empregada; um ajudante da roça. O conto trata do momento em que a protagonista (a mulher – professora e esposa do comerciante), em licença do seu emprego, vai ficar uns tempos na fazenda para tentar se distrair e aliviar um pouco as tensões do trabalho na cidade. Especificamente, acontece no decorrer do conto a mudança da voz narrativa da terceira pessoa do discurso para a primeira pessoa do discurso, proporcionando uma transformação na condução das ações. Tal cenário de construção diferenciada de narradores e focalizações no interior de uma narrativa dialoga com as propostas de Vítor Manuel Aguiar e Silva (2007) e de Carlos Reis e Ana Cristina Lopes (2000) para essa alternância de vozes e pontos de vista.

Dentro do horizonte conceitual dos estudos culturais, Guacira Lopes Louro (2013), referência para as insurgências do sul, apresenta, a partir da perspectiva das interseccionalidades de corpo e sexualidade, uma crítica a uma complexa estrutura patriarcal que subjuga as mulheres. A pesquisadora propõe uma reflexão diante das múltiplas formas de opressão que atravessam gênero, raça e sexualidade, convidando à reflexão sobre fatos que moldam o comportamento e o modo de ser e sentir. Para a autora, aspectos como sexualidade, relações de poder e diversidades são compelidos a reproduzir comportamentos, ritos e linguagens. Ao dialogar com Michel Foucault, Guacira Louro aponta a perspectiva de que é “um dispositivo histórico”, ou seja, uma construção social, um mecanismo de poder que requer enfrentamento de princípios impostos sobre gênero, sexualidade e disciplinas, justificados por discursos e normas que regem o domínio das camadas sociais, a fim de perpetuar as hierarquias sociais estabelecidas ao longo do tempo. Para a pesquisadora (2013), o corpo é uma inscrição social e, sendo assim, o poder limita sua expressão por carregar marcas que moldam os indivíduos. Em interlocução com as propostas de Guacira Louro, podemos ver essa sedimentação dos papéis sociais nas relações da protagonista no conto, conforme o trecho a seguir:

Foi assim que **ela começou a aceitar** os argumentos de que aquela temporada na fazenda lhe faria bem. Sim, faria, como **ele tornou a repetir**, virando o rosto para mirar seus olhos, sem se preocupar com o que poderia estar à sua frente. **Logo ela iria se esquecer dos conflitos** que se acumularam depois que instauraram o conselho de ética e moral na escola onde lecionava. Esqueceria a paranoia das acusações que começou a enfrentar, de que suas aulas doutrinavam os alunos. (Vieira Junior, 2021, p. 87; grifos nossos).

Nesse fragmento observa-se a dinâmica entre pessoas, em que “ele” precisa convencer “a mulher” a aceitar uma ideia (passar um tempo na fazenda) com base no que ele considera ser o melhor para ela. A forma como ele se posiciona fisicamente,

virando o rosto para olhar nos olhos dela sem se preocupar com a sua opinião, pode ser interpretada como um gesto desdém ou de controle sobre a situação. O comportamento dele, inclusive na maneira de “não se importar” com a reação dela, pode sugerir uma convicção no poder de decisão do que seja melhor para o outro, um reflexo da norma social imposta, na qual o homem ocupa uma posição hierárquica de superioridade, dentro e fora do lar.

Por outro lado, o corpo da mulher branca é descrito como um âmbito passivo, deixando nítida a ausência de resistência. Esse comportamento, “belo e civilizado”, moldado pela interação social e pelas expectativas de aceitação, explica o fato de o corpo feminino ser “educado”, condicionado a corresponder às expectativas da sociedade e a ocupar pontos inferiores ao masculino na cadeia social. A observância do texto leva à compreensão do alheamento da mulher frente a determinados acontecimentos (como se verá depois nos desdobramentos dos acontecimentos no conto). Ainda que branca, instruída e de classe econômica mais elevada, a protagonista ocupa uma posição secundária dentro de um sistema que elege o pendor masculino como portador válido do discurso de poder autêntico e atemporal, o qual pode permear as diversas relações sociais dos indivíduos, como assinala Guacira Louro (2013).

O texto de Itamar Vieira pode ser apreciado em diálogo com teorias relacionadas a aspectos interno de poder no discurso. E com isso propiciar mostras do domínio sobre determinado sexo (enquanto conformação física distintiva) ser efetuado também através da linguagem, e que as normas, os limites e as práticas em torno dessa questão podem ser amplamente influenciadas e mantidas pelo discurso e pela linguagem, utilizada na sociedade. Nas dinâmicas de poder justificadas a partir de vetores como o sexo são definidos parte dos comportamentos aceitáveis e dos censurados, como são designados os locais e os papéis que cada gênero ocupa. Em consequência, as crenças, os modos de vida e as práticas cotidianas similarmente podem ser organizadas e estabelecidas através de discursos. Terreno fértil para afetos e desafetos, o discurso sobre o sexo tem servido a muitas intenções. O sexo, que é representado pela cultura ocidental de forma estereotipada, toma cunho político quando inferioriza a tomada de decisão do ser, legitimando as estruturas de poder existentes, conforme discorre Michel Foucault (1988).

Assim como as relações de gênero são temas de análises no âmbito dos estudos culturais, a importância do exame das desigualdades socioeconômicas nas insurgências do sul também é preocupação constante para os estudos de resistência às dominações, as quais, através de uma má distribuição de renda, acentuam as diferenças sociais, provocando ambientes de hostilidade nas esferas pública e privada. Achille Mbembe (2018), embora não tenha se dedicado especialmente às insurgências do sul, pode oferecer aportes a esse debate e também a esferas

ligadas aos aparatos repressivos e aos aparelhos ideológicos, que não se limitam à repressão, mas atuam controlando comportamentos e toda a população por meio de engrenagens legais, midiáticas e ideológicas. A violência institucionalizada permite que determinados grupos sejam privados de direitos e forçados a viver em condições desumanas, expostos à morte física e psicológica. Esse afã repressivo extensivo a diversas esferas pode ser vislumbrado em vários momentos nas obras de Vieira Júnior. Em “Na profundidade do lago” percebemos essa inclinação neste pequeno trecho do conto:

Certa manhã em que havia adormecido mais uma vez na rede com um livro aberto sobre o corpo, despertou com vozes exaltadas. **Viu o caseiro na porteira, com gestos bruscos, mandando embora alguns homens** – não soube precisar quantos –, **e uma mulher e duas crianças**, que pareciam estar juntos. (Vieira Júnior, 2021, p. 89; grifos nossos).

Aqui pode-se observar a figura do caseiro atuando na fazenda e sendo visto pela protagonista do conto. A personagem do caseiro está diretamente ligada ao encargo ao qual lhe foi destinada a ordem de manutenção das ideologias daquela propriedade. Desse modo, é também autorizado a agir na rigidez da sua atuação (caso julgue necessário), ou até mesmo com uma possibilidade de expulsão. A presença desses homens, mulher e crianças sugere disparidade e diferenças sociais, as quais permitem ao caseiro agir de forma brusca, sem urbanidade, como estratégia para um deslocamento forçado de um determinado grupo (fato muito recorrente por segmentos dominantes que se aproveitam da vulnerabilidade do grupo). A ocupação de perspectiva colonial implica, acima de tudo, uma divisão do espaço compartimentado. Divisão espacial esta que tem o intuito de separar o colonizado do colonizador, limitando o acesso a recursos. Assim como se tem o desígnio de obter maior controle social, restringir a circulação e facilitar meios de vigilância, tal como expõe o filósofo Achille Mbembe (2018).

Para destruir aspectos da identidade do explorado, segregando-o e impondo novos padrões de comportamento, eliminam-se assim possíveis resistências. Com o intuito de legitimar a dominação colonial, os segmentos dominadores apropriam-se de discursos que beneficiam apenas ao domínio, alegam conflitos entre resultados e responsabilidade social, sob a justificativa da dificuldade de implementar medidas sustentáveis à produção. O que influencia de forma direta as políticas públicas e as relações de trabalho. O conto de Vieira Júnior, de forma sucinta, abrevia o horizonte cristalizado do colonizador ao assentar seus pensamentos que podem expressar aspectos da formação cultural do povo brasileiro no texto literário, tal como no fragmento a seguir:

[...] as mesmas pessoas insistindo sempre, senhora, foi o que disse. **É gente que não quer nada, quer boa vida sem se esforçar, não devem voltar, completou.** A mulher sentiu um pequeno incômodo com a resposta do caseiro, mas não comentou, por

depositar confiança em seus serviços; afinal, não havia nada, até aquele momento, que a fizesse pensar o contrário. (Vieira Júnior, 2021, p. 89; grifos nossos).

Tal cenário atuacional pode propiciar uma interlocução com algumas reflexões relevantes de Frantz Fanon (intelectual, psiquiatra e ativista político de extrema importância no século XX). Fanon (1968) dedicou sua vida a analisar e combater os efeitos do colonialismo e do racismo. A fim de compreender a realidade vivida pelos povos cujos países foram colonizados e sofreram com a violência exercida por parte do colonizador. Esse processo construiu uma imagem negativa do colonizado (muitas vezes estigmatizado e ligado à criminalidade) para justificar a exclusão social, a miséria e a escassez de recursos básicos que marcam a vida dos habitantes desta terra. Assim, colocando-os diariamente em condição de submissão, humilhação e pressões sociais que não afetam somente o corpo, mas o psicológico do indivíduo, conforme também assinala Mbembe (2018).

Crítica contundente das mazelas propiciadas por processos de mercancia da vida no planeta, Vandana Shiva (2024) atribui à dominação da natureza e à opressão das mulheres práticas correlacionadas, pois a partir do patriarcado de que tanto a mulher quanto a natureza estão passivas à exploração. A ativista investiga com profundidade as relações entre patriarcado, visão mercantil e exploração ambiental, a partir de uma crítica à conduta que privilegia essas perspectivas, desvaloriza a natureza, as mulheres e coloca o homem no centro das relações, como ativo e dominador – em especial, no contexto indiano. De acordo com a filósofa: “As mulheres não pensam nem trabalham pela mercantilização e pelo reducionismo. [...] com sentido de pertencimento e de lugar, e desenvolvem sistemas baseados na saúde do solo e na saúde de sua família e de sua comunidade (Shiva, 2024, p. 139). Nesse horizonte, a sociedade classifica o sujeito a partir de óticas representadas pela força de trabalho e poder aquisitivo. No conto “Na profundidade do lago” a “mulher” ocupa um espaço de “neutralidade”, que a obriga a uma existência passiva e sem enfrentamentos, caso contrário pode ser penalizada.

Para Shiva (2024), historicamente no contexto indiano as mulheres possuem um vínculo estreito com a natureza, por serem as responsáveis pelos pequenos cultivos para o sustento do lar e por manter a proximidade com a terra. Logo, a mulher apresentaria mais sensibilidade para compreender os espaços públicos e os privados. As mulheres tendem a reconhecer mais a relação de interdependência que há entre natureza, comunidade e o lar. Contudo, seus métodos tradicionais de lidar com a terra apresentam desvantagens diante da produção em larga escala da indústria. Apesar de que as mulheres são verdadeiras guardiãs da natureza, mesmo que suas contribuições sejam desprezadas e possam parecer minúsculas, como o movimento ambientalista das mulheres em Chipko, que trouxe muitas vitórias, porém nunca foi legitimado. A filósofa atribui a ausência de reconhecimento à falta de perseverança

e por terem seus sentidos distorcidos por aqueles que buscam soluções imediatas, sem considerar as diversas contribuições do grupo ao longo de sua existência. Movimentos sociais são resultados de ações coletivas e interações dinâmicas por parte de seus constituintes, porém nunca foram devidamente legitimados. Com diferentes visões, experiências e posição social, indivíduos podem pertencer ao mesmo grupo e defender ideais semelhantes; aqui, a diversidade só fortalece e valida a causa, assim expresso por Shiva (2024). No conto “Na profundidade do lago” (2021) um fato irá retirar o clima de contenção e alheamento disposto no início da narrativa:

A mulher acordou assustada com a empregada aflita dizendo que precisava ir com o marido para o hospital. Ele estava passando mal, com falta de ar e dor no peito. Sim, tudo bem, a mulher disse, e telefonou de imediato para a ambulância da cidade para que fizesse o transporte. A senhora não se preocupe, disse a empregada, o ajudante da roça, pessoa de nossa confiança, chegará até o fim da manhã. (Vieira Júnior, 2021, p. 90; grifos nossos).

Esse fato irá mudar a condução da narrativa, pois, a partir desse momento não há o filtro do caseiro para impedir que a protagonista visualize os reais problemas que envolvem aquele local. Na sequência, a personagem principal avista “[...] uma mulher e duas crianças se aproximaram da porteira.” (Vieira Júnior, 2021, p. 84). Logo, a protagonista recebe essas duas personagens, fazendo algumas doações de alimentos para essa família desassistida. Nessa ocasião, a protagonista fica sabendo:

Aqui não faltava comida, mas **o rio**, de onde retirávamos o peixe que nos alimentava, **secou. As roças que plantávamos nas várzeas também secaram.** Que triste! Por quê?, a mulher quis saber. **Barraram o rio** cá pra cima, a água não chega mais na nossa terra, disse, enquanto encangava um dos filhos no quadril. Como assim, barraram o rio? Barraram pra irrigar as terras dos fazendeiros, já andamos de fazenda em fazenda pra saber onde represaram, mas não nos deixam entrar pra ver. Estão matando a gente de fome. (Vieira Júnior, 2021, p. 90-91; grifos nossos)

A partir dessa situação as percepções e avaliações da protagonista se transformam. A personagem principal entra no lago para nadar e, então, percebe que nas partes fundas das águas há um **muro**. Derivado desse momento, o conto passa a adotar a voz narrativa da protagonista em primeira pessoa do discurso e a modalidade de narrador homodiegético, como podemos vislumbrar no trecho a seguir: “Depois que **deixei** o lago, era como se toda a natureza tivesse despontado violenta e repetitiva”. (Vieira Júnior, 2021, p. 91; grifos nossos). Portanto, expressa-se simultaneamente a mudança de condução da linguagem adotada e a transformação da percepção dos acontecimentos, incidindo na amplitude das possibilidades compositivas vistas por Vítor Manuel Aguiar e Silva a respeito da voz narrativa:

A voz do narrador tem como funções primárias e inderrogáveis uma função de **representação**, isto é, a função de produzir intratextualmente o universo diegético – personagens, eventos etc. –, e uma **função de organização e controle** das estruturas do texto narrativo, quer a nível tópico (microestruturas), quer a nível transtópico (macroestruturas). Como funções secundárias e não necessariamente actualizadas, a voz do narrador pode desempenhar uma função de **interpretação** do mundo narrado e pode assumir uma função de **acção** neste mesmo mundo (a assunção destas

últimas funções repercute-se nas duas primeiras e suscita problemas de focalização a que nos referiremos posteriormente). (Aguiar e Silva, 2007, p. 759; grifos do autor)

Logo, as transformações de linguagem propiciadas no transcorrer do conto reúnem diferentes fatores sociais (“representação”), estéticos (“organização e controlo”), históricos (“interpretação”) e políticos (“acção”). A mudança da linguagem no conto encontra-se com uma modificação da atuação da personagem, pois, no dia seguinte, então, a protagonista descobre (através do substituto do caseiro) que a formação do lago se deu por conta da barragem efetuada no rio a qual foi feita nesse local. A “mulher” resolve mudar a sua visão e a sua relação com as coisas, modificando a sua atuação, como podemos visualizar no seguinte trecho:

De pé sobre a parede, **cravei o machado**, como se minha força fosse capaz de derrubá-lo. **Uma, duas, três vezes**. Um tijolo se esfarelou e um pequeno filete de água começou a fluir para o outro lado. Mas, antes que eu pudesse continuar, me desequilibrei e deixei o **machado cair**, sem possibilidade de recuperá-lo. **Meu corpo também afundou. Deixei-o imergir**, e na estranha profundidade do lago, enquanto bolhas de ar deixavam minha boca, **senti a tranquilidade que um dia perdi**. (Vieira Junior, 2021, p. 92; grifos nossos)

O conto apresenta o seu término com um final em aberto, no qual não se tem informações definitivas sobre o destino posterior da protagonista, o que propicia mais tensão e ambiguidade para o direcionamento do texto. Nesses acontecimentos dispostos no desfecho são trazidas mudanças de concepções e atitudes da personagem principal, numa vai narrativa em que a “mulher” agora confrontou o quadro agrário de injustiças e contestou o controle e o domínio imposto pelo marido. Portanto, vemos em “Na profundidade do lago” a transformação de uma figura feminina (exposta anteriormente a constrangimentos no trabalho, ao controle do marido e ao alheamento na área rural) que aponta para um horizonte de autonomia e emancipação.

Na resistência prática no ato de investir contra o muro, mais do que romper com uma parede, a “mulher” enfrenta e desconfigura parte da estrutura que a mantinha sob domínio. A insurgência denuncia o ciclo de controle sobre o corpo e a subjetividade da mulher, que foi silenciada por um determinado pacto civilizatório. No questionamento/ enfrentamento direto com dispositivo utilizado para controlar os recursos hídricos (que provoca a dependência das minorias exploradas e perpetuam injustiças e desigualdades históricas). Seu gesto isolado reflete amplamente no âmbito da coletividade, defende as autonomias e as suas perspectivas. Simultaneamente, reflete-se nos modos de vida individuais e comunitários. Tanto práticas quanto simbólicas, produzem transformação social e subjetiva. Nessa sintonia, a teórica Maria Lugones (2020) expressa que a resistência evidencia a subjetividade nos momentos de pressão e opressão. E que, mesmo sem o poder concreto, a subjetividade resiste e se desponta nos gestos e manifestações do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise do conto “Na profundidade do lago” o olhar se deslocou para alguns horizontes dos estudos culturais, articulando reflexões de Guacira Lopes Louro, Achille Mbembe, Vandana Shiva, Franz Fanon, Vandana Shiva e Maria Lugones. A fazenda e o conselho de ética da escola dominam as ações de uma “mulher” num regime político e cultural de naturalização de controle agrário, ideológico e de gênero. Convencida pelo marido de que uma temporada na fazenda lhe faria bem e anestesiada pelo discurso que a acusam de “doutrinar alunos”, a “mulher” está alheia ao muito que acontece ao seu redor. “Ela” não tem voz, está impedida de expressar seus pensamentos. A propriedade na qual se refugia está violando normas, impactando meio ambiente e as comunidades ao redor. O muro submerso no lago é responsável pelo desvio da água que é imprescindível às famílias ribeirinhas. A barragem é responsável pela escassez a que estas pessoas estão expostas. O discurso do caseiro que diz “eles não querem nada”, torna evidente a incompreensão a respeito de sua própria identidade, visto que está atrelado à condição dominante e à apropriação ilegal de recursos ambientais. Quando por acaso a “mulher” vê a respeito da situação, “ela” se mobiliza, e no gesto de cravar o machado na parede, permite que filetes de água voltem a correr. A “mulher” se refaz, encontra-se em uma súbita revelação. Em diálogo com as propostas de Guacira Louro, a dimensão de uma insurgência cotidiana, mais do que romper com uma estrutura física, rompe com as engrenagens de um projeto edificado a fim de manter os “corpos dóceis” ao domínio do controle externo. A atitude de enfrentar os dispositivos que dominam corpos, espaços e vidas, denuncia a lógica que transforma comunidades inteiras em objetos descartáveis.

Ainda que o final do conto permaneça em aberto, o texto lança a possibilidade entre a passividade diante à agencia alheia, a contemplação à intervenção, em um movimento que aproxima a protagonista dos sujeitos colonizados, mesmo partindo de grupos de melhor posição econômica, a “mulher” decide enfrentar a luta por justiça ecológica e social. A insurgência aqui não ocupa um número representativo de pessoas, mas expressa que as mudanças podem acontecer diante das resistências solitárias, dos enfrentamentos individuais. A fissura que surge do golpe contra a parede de concreto anuncia a desestabilidade de um pacto civilizatório colonial. Por outro lado, pode-se dimensionar que a construção literária (a qual não aponta o nome da protagonista) apresenta esteticamente o achatamento dos sujeitos. Já alternância das vozes narrativas pode reforçar a proposta de transformação da personagem principal. Por fim, propicia-se vislumbrar que o final em aberto revigora o universo da tensão e da ambiguidade no texto e aproxima o conto da naturalidade da vida, que sempre continua.

REFERÊNCIAS

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução: José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. I: a vontade de saber. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

LOURO, Guacira. **Corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LUGUNES Maria. Colonialidade e gênero. Tradução: Pê Moreira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Pensamento feminista**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 2000.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. **Doramar ou a odisseia**: Histórias. São Paulo: Todavia, 2021.